

DISCURSO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES,  
DR. PAULO LUSTOSA

Senhoras e senhores

Quero preliminarmente me congratular com os organizadores deste evento, que põe em debate tema de profunda atualidade e importância para nosso país, qual seja o do desenvolvimento sustentado.

É ele a mola-mestra, a pedra-de-toque que buscamos para o cumprimento do compromisso maior deste governo, que é o crescimento econômico com inclusão social.

Em nome do ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, parabenizo a Abinee por esta iniciativa e reitero o propósito do Governo Lula de trabalhar em parceria constante com a iniciativa privada.

Numa época em que tantos cultivam o pessimismo e valorizam a adversidade, quero iniciar esta minha intervenção com o registro de uma boa notícia, colhida exatamente junto à Abinee.

Segundo projeção de seu presidente, o dr. Paulo Castelo Branco, o mercado de telecomunicações este ano deverá crescer 26% sobre o ano passado, movimentando aproximadamente R\$ 16,6 bilhões.

Ano passado, que foi um ano expressivo para o setor, o crescimento foi de 51%, e movimentou R\$ 13 bilhões.

A maior parte dos negócios este ano continuará sendo gerada pela área móvel e banda larga, além da tecnologia IP.

O ciclo de expansão que estamos vivendo em nosso país é o mais intenso dos últimos anos, e tem sido acompanhado por forte aumento do investimento, que, por sua vez, também vem sendo acompanhado pela evolução do consumo da população.

É um consumo que infelizmente ainda não é homogêneo devido à presença de índices de distribuição de renda extremamente desiguais em nosso país, em

que se verifica uma forte marginalização econômica e social de amplos contingentes de populações urbanas e rurais.

Por esse motivo, o governo dá alta prioridade à ampliação e racionalização das políticas sociais, investindo na inclusão, de modo a criar um desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.

O País está plenamente aberto ao capital estrangeiro. Não se distingue entre nós empresa nacional de empresa estrangeira. O espírito de parceria está enraizado em nossa cultura econômica.

Nada disso, no entanto, teria consistência se não estivessem sendo tomadas medidas corajosas na área

econômica, em busca justamente do que chamamos de desenvolvimento sustentado, tema deste encontro.

Ressalto sempre a determinação do Presidente Lula de resistir a gestos populistas e tomar as decisões necessárias na economia, mesmo sujeitando-se à incompreensão e exploração demagógica dos adversários.

É o desenvolvimento sustentado o fator básico da credibilidade, sem o qual não se atraem investimentos, nem se estabelecem as bases da prosperidade.

O respeito ao marco regulatório é o complemento desse processo.

O governo brasileiro estimula a competitividade, preza a liberdade de iniciativa e, sobretudo, respeita o marco regulatório, o que não o impede de exercer plenamente seu papel de formulador das políticas públicas, especialmente na área de inclusão digital.

À Anatel cabe papel regulatório e fiscalizatório. Ao Ministério das Comunicações, a formulação de políticas públicas no setor.

São campos distintos e complementares de atuação. As leis e regulamentações são cumpridas e a segurança jurídica é fator decisivo na atração de investimentos e na

preservação da credibilidade das instituições e do próprio país.

Como resultado desse ambiente propício ao investimento privado em telecomunicações, há notável crescimento do setor no período recente, tanto da telefonia fixa quanto da celular, com ênfase na continuidade do crescimento do celular, especialmente da sua modalidade pré-paga.

O país hoje conta com mais de 100 milhões de usuários de linhas de telefonia fixa e celular, sendo 66 milhões de telefonia celular. A telefonia celular revelou aumento espetacular de 43% em 2004, tendo ainda sido registrado expressivo aumento do

número de usuários de banda larga e de telecomunicações corporativas.

Novas tecnologias de telefonia celular para transmissão de dados, bem como de acesso sem fio já são uma realidade sensível em nosso país.

A partir da revolução tecnológica recente, em que as técnicas analógicas foram substituídas por técnicas digitais, produzindo profunda convergência entre as telecomunicações, a informática e a mídia, presencia-se hoje novo paradigma para o desenvolvimento.

Ele recebe diferentes denominações: Sociedade da Informação, Sociedade em Redes, Sociedade do Conhecimento, Redes



de Infocomunicação, além de outras, de acordo com a inclinação econômica e sociológica dos respectivos autores. As super-redes de telecomunicações, em que se destaca a Internet, já estão capacitadas a interligar *on-line* o mundo inteiro e têm papel decisivo no jogo da competitividade globalizada, tornando-se assim fonte imprescindível de vantagem competitiva, para a maioria dos segmentos econômicos.

As redes de telecomunicações propiciam contínuo aumento da produtividade dos agentes econômicos, constituem novas oportunidades de negócios e podem também contribuir para a redução do triste fosso social ainda existente no Brasil, que tende a se aprofundar se não tomarmos medidas

objetivas para promover o rápido desenvolvimento tanto social como regional.

Uma política de inclusão digital, consistente e de longo prazo, abrange quatro estratégias fundamentais: de Recursos Físicos, de Recursos Humanos, de Recursos Sociais e de Geração de Conteúdos Digitais

Em maior ou menor grau, essas estratégias já estão presentes no **Programa Brasileiro de Inclusão Digital**, desenvolvido em parcerias com outros Ministérios. Em termos práticos, esse programa se desdobra em três macroprojetos:

➤ **O Projeto Casa Brasil** é um espaço multimídia comunitário, para atender comunidades periféricas. Possui estrutura modular e contempla, entre outros recursos, um **telecentro**.

➤ **O Projeto Computador Conectado** inclui mais de 7 milhões de domicílios e oferece acesso a um computador e à Internet a preços módicos.

➤ E, finalmente, o terceiro projeto, que permitirá a implementação de Políticas Públicas de inclusão digital, por meio da adesão de Estados e Municípios a convênios.

Nossa meta para este ano é de aprofundar o processo de inclusão digital,

ampliando os seus três macroprojetos de atuação complementares.

No caso do Programa Casa Brasil, a meta é implementar pelo menos 1.000 unidades, beneficiando 4 milhões de brasileiros. Em relação ao Programa Computador Conectado, prevê-se a implementação de 1 milhão de computadores, beneficiando domicílios das classe C e Pequenas e Médias Empresas.

A inclusão digital conta, ainda, com o programa GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. Financiado com recursos do Tesouro, não apenas instala telecentros comunitários, mas também propicia a montagem de acessos

eletrônicos coletivos e gratuitos à Internet e aos serviços eletrônicos do Governo.

Utilizando-se de comunicação por satélite, é um embrião do programa de universalização do acesso das instituições públicas, como escolas e centros de saúde, à Internet, em banda larga de alta velocidade. Essas instituições situam-se em locais em que a malha física de telecomunicações das concessionárias de telefonia fixa ainda não chegou.

Buscamos harmonizar as iniciativas das instituições de pesquisa e desenvolvimento nacionais, sobretudo daquelas que utilizam recursos de fundos oficiais para as telecomunicações, direcionados a soluções

tecnológicas na implementação de políticas públicas. Vários programas desses fundos envolvem o desenvolvimento de terminais de baixo custo, contribuindo para os programas de Inclusão Digital, sem falar no programa de TV Digital terrestre, o qual também poderá vir a contribuir para alfabetização digital, graças aos recursos de interatividade dessa modalidade de televisão.

No Ministério das Comunicações, a inclusão não é apenas digital. É também postal, social, bancária e rádio-televisiva, permitindo, no caso desta última, que a comunicação chegue às mais remotas localidades no país-continente. Tudo isso dentro das regras estabelecidas, com

permanente estímulo à competição, em todos os segmentos.

Na área postal, utilizou-se, com eficácia, a capilaridade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos como poderoso agente da implementação de políticas públicas de inclusão social e econômica da população.

O Banco Postal, implantado com sucesso, contempla segmentos excluídos do sistema financeiro nacional. Os Correios atuam como correspondentes dos serviços bancários básicos (aberturas de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, títulos, captação de solicitação de empréstimo,

entre outros), mediante utilização de sua rede de atendimento.

Ainda no âmbito dos Correios, há o CorreiosNet – Shopping e Endereço Eletrônico, que visa a disponibilizar endereço eletrônico permanente ao cidadão. Com a inclusão digital esperam-se benefícios não só sociais mas também econômicos, tecnológicos e científicos.

Em termos econômicos, as metas são: ampliação de mercado com maior utilização da Internet pelas camadas mais pobres, otimização de investimentos públicos, fortalecimento da indústria nacional, melhoria da produtividade da economia e redução da economia informal.



Em termos tecnológicos, o desenvolvimento de tecnologias e terminais de baixo custo. E, em termos científicos, produção de novas tecnologias de interação entre os indivíduos, abrangendo novas linguagens de comunicação e modelos de interação.

São estas, em linhas gerais, algumas iniciativas em curso no Ministério das Comunicações, para as quais contamos com o apoio e a parceria do setor privado.

Estou certo de que este evento, que reúne a nata da indústria eletro-eletrônica do país, há de agregar idéias e propostas importantes para o desenvolvimento de propostas em curso e o surgimento de

outras. É esta a nossa expectativa – e desde já agradeço em nome do Governo Lula e do ministro Eunício Oliveira a oportunidade destas palavras.

Muito obrigado.